

**UNIMED OESTE DO PARÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
CNPJ: 10.219.897/0001-00**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2019
ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

1

ÍNDICE

ATIVO	02
PASSIVO	03
DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS E PERDAS	04
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	05
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	06
NOTAS EXPLICATIVAS	07
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	23

UNIMED OESTE DO PARÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

CNPJ - 10.219.897/0001-00

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 - ATIVO

ATIVO	*	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE		28.435.500	18.560.991
Disponível	5	168.241	237.328
Realizável		28.267.259	18.323.663
Aplicações Financeiras	6	26.161.660	15.982.034
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		6.182.452	5.899.298
Aplicações Livres		19.979.208	10.082.736
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	7	1.413.534	1.225.839
Contraprestação Pecuniária a Receber		1.413.534	1.225.839
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	8	70.985	176.529
Créditos Tributários e Previdenciários		0	281.587
Bens e Títulos a Receber	9	620.315	656.907
Despesas Antecipadas		765	768
ATIVO NÃO CIRCULANTE		6.529.510	3.303.413
Investimentos	10	528.343	839.133
Participações Societárias - Operadora de Planos de Assistência a Saúde		528.343	839.133
Imobilizado	11	6.001.167	2.464.280
Imóveis de Uso Próprio		1.879.420	772.200
Imobilizados de Uso Próprio		1.468.274	1.057.453
Imobilizações em Curso		2.359.736	327.757
Outras Imobilizações		293.737	306.870
TOTAL DO ATIVO		34.965.010	21.864.404

2

* As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



UNIMED OESTE DO PARÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

CNPJ - 10.219.897/0001-00

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 - PASSIVO

PASSIVO	*	2019	2018
PASSIVO CIRCULANTE		15.375.740	11.978.757
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	12	9.533.681	7.420.330
Provisão de Contraprestação Não Ganha - PCNG		1.261.571	1.204.063
Provisão para Remissão		10.258	7.532
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS		1.779.003	1.558.478
Provisão de Eventos a Liquidar p/Out Prest Serv Assist		2.234.130	1.851.776
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA		4.248.719	2.798.481
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		1.800,00	-
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		1.800	-
Débitos com Operações de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos Saúde da Operadora		714.280	1.455.646
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	13	923.416	487.739
Empréstimos e Financiamentos a Pagar		45.118	59.262
Débitos Diversos	14	4.159.244	2.555.781
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.160.301	829.655
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		1.154.997	798.432
Provisão para Remissão		9.586	6.987
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS		1.145.411	791.445
Provisões		5.304	31.223
Provisões para Ações Judiciais		5.304	31.223
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		18.427.169	9.055.993
Capital Social	15	2.309.866	2.078.991
Reservas		-	-
Reservas de Lucros / Sobras / Retenção de Superávits		14.396.658	5.082.413
Resultado - Cooperativas		1.720.645	1.894.589
TOTAL DO PASSIVO		34.965.010	21.864.404

* As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

UNIMED OESTE DO PARÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
CNPJ - 10.219.897/0001-00
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

4

	2019	2018
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde	79.097.772	65.753.634
Contraprestações Líquidas	80.760.800	66.557.512
Variação das Provisões Técnicas (Remissão)	11.773	830
(-) Tributos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora	- 1.674.801	- 804.708
Eventos Indenizáveis Líquidos	52.134.095	44.892.272
Eventos Conhecidos ou Avisados	50.683.857	44.643.199
Variação da Provisão de Eventos Ocorrência e Não Avisados - PEONA	1.450.238	249.074
Resultado das Operações c/Planos de Assistência à Saúde	26.963.677	20.861.362
Outras Receitas Operacionais	4.170.670	4.042.016
Outras Despesas Operacionais	17.250.232	12.558.960
Resultado Bruto	13.884.115	12.344.418
Despesas de Comercialização	785.991	174.095
Despesas Administrativas	11.296.901	10.891.344
Resultado Financeiro Líquido	- 77.949	619.675
Receitas Financeiras	2.000.700	1.099.808
Despesas Financeiras	2.078.649	480.133
Resultado Patrimonial	- 2.628	4.065
Receitas Patrimoniais	-	-
Despesas Patrimoniais	2.628	4.065
Resultado Antes dos Impostos e Participações	1.720.645	1.894.589
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.720.645	1.894.589

* As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

UNIMED OESTE DO PARÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

CNPJ - 10.219.897/0001-00

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

	2019	2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimento de Planos Saúde	80.760.800	60.299.717
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	1.232.138	548.755
(+) Outros Recebimentos Operacionais	4.170.670	4.042.016
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	47.958.262	35.265.989
(-) Pagamento de Comissões	787.444	977.103
(-) Pagamento de Pessoal	7.858.471	6.458.924
(-) Pagamento de Pró-Labore	954.636	862.410
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	466.779	543.196
(-) Pagamento de Tributos	9.902.651	8.303.366
(-) Pagamento de Aluguel	337.408	301.348
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	338.385	372.239
(-) Outros Pagamentos Operacionais	17.250.232	11.122.847
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	309.340	683.066
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(+) Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado - Hospitalar		
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Hospitalar	1.697.735	538.484
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	669.682	667.407
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	2.367.417	1.205.891
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(-) Pagamento de Amortização - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	183.083	281.267
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	- 183.083	- 281.267
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	- 2.241.159	- 804.091
CAIXA - Saldo Inicial	237.328	1.041.420
CAIXA - Saldo Final	168.241	237.328
Ativos Livres no Início do Período (*)	10.082.736	1.451.551
Ativos Livres no Final do Período (*)	19.979.208	1.451.551
Aumento/(Diminuição) nas Aplicações Financeiras - RECURSOS LIVRES	9.896.472	-

* As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

UNIMED OESTE DO PARÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

CNPJ - 10.219.897/0001-00

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

	Capital Social		RESERVAS				SOBRAS		TOTAL
	Subscrito	Construção HUOP	Fundo de Reserva	FATES	RATES	Outras Reservas	Sobras do Exercício	Perdas a Receber	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	1.943.372	-	2.367.988	103.765	68.161	1.797.344	340.153	297.571	6.620.786
Aumento / Diminuição de Capital com lucros e reservas									-
Integralização do Capital	175.534								175.534
Baixa de cooperados	(39.917)								(39.917)
Reservas de Capital/Patrimoniais (detalhar)									-
Destinação de Resultados Anteriores						745.153		(297.571)	447.582
Ajustes de Avaliação Patrimonial									-
Sobras do Exercício									-
Proposta da destinação das sobras:									-
Fundo de Reserva - 10%				189.459					189.459
RATES - 5%					94.729				94.729
Outras Reservas de Lucros (detalhar)									-
Sobras à disposição da A.G.O							1.894.589		1.894.589
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	2.078.990	-	2.367.988	293.224	162.891	2.542.497	1.610.401	-	9.055.993
Aumento / Diminuição de Capital com lucros e reservas									-
Integralização do Capital	252.882								252.882
Baixa de cooperados	22.007								22.007
Reservas de Capital/Patrimoniais (detalhar)									-
Destinação de Resultados Anteriores						1.610.401			1.610.401
Construção HUOP		7.419.656							7.419.656
Ajustes de Avaliação Patrimonial									-
Lucro/Superávit/Prejuízo Líquido do Exercício									-
Sobras do Exercício									-
Proposta da destinação das sobras:									-
FATES - 10%				172.064,52					172.065
RATES - 5%					86.032,26				86.032
Outras Reservas de Lucros (detalhar)									-
Sobras à disposição da A.G.O							1.720.645		1.720.645
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	2.309.865	7.419.656	2.367.988	465.288	248.923	4.152.897	1.462.548	0	18.427.168

6

* As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

UNIMED OESTE DO PARÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
CNPJ: 10.219.897/0001-00**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos**
em
31 de dezembro de 2019 e 2018.
(Todos os valores expressos em milhares de reais)

7

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A UNIMED OESTE DO PARÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, tendo como objetivo social a congregação dos seus sócios para o exercício de suas atividades econômicas, sem o objetivo de lucro. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no País. A sociedade conta com 109 médicos associados, 01 Hospital Próprio, Atendimento Domiciliar, 101 serviços credenciados (Hospitais, Clínicas e Laboratórios), além de participar da rede de atendimento do Sistema Unimed Nacional. Sua área de ação abrange os municípios de Itaituba, Alenquer, Altamira, Aveiro, Faro, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Senador José Porfírio, Rurópolis, Medicilândia, Uruará, Placas, Trairão, Jacareacanga, Novo Progresso, Terra Santa, Vitória do Xingú, Brasil Novo, Aveiro, Almerim, Curuá, Porto de Moz, Mojuí dos Campos e Santarém onde está localizada sua sede administrativa.

2) PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A cooperativa atua na operação de planos de saúde, firmando, em nome dos associados, contratos de prestação de serviços com pessoas físicas e jurídicas, nas modalidades de Valor Determinado – Preço Pré-Estabelecido e por Serviços Realmente Prestados, a serem atendidos pelos médicos associados e rede credenciada. Possui registro definitivo de funcionamento na ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, sob o número 362140.

3) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de conformidade com a legislação comercial e fiscal em vigor, com observância da Lei das Sociedades Cooperativas - Lei 5.764/71, das Normas Brasileiras de Contabilidade, e padrões da Agência Nacional de Saúde, conforme novo plano de contas estabelecido pela RN 290 de 27 de Fevereiro de 2012, atualizado pelas RN 390/2015 e RN 430/2017, como também parcialmente os aspectos relacionados à lei 11.638/2007 e 11.941/2009, e as Regulamentações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. A cooperativa também atendeu os quesitos da NBCT 10.21, na formatação das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2018, de forma a permitir a comparabilidade.

A exigência da Demonstração dos Fluxos de Caixa foi atendida, mediante sua montagem pelo método direto, conforme RN 290 de 27 de fevereiro de 2012, atualizado pelas RN 390/2015, RN 418/2016 e RN 430/2017, de acordo com o pronunciamento técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis número 03 (R2) e CFC NBC TG 03 (R2) – Resolução nº 1296/10.

A data da autorização para conclusão e elaboração das demonstrações contábeis foi em 01/03/2020 e foi dada pela Diretoria Executiva da cooperativa.

4) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1- Regime de Escrituração

A Unimed Oeste do Pará adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

4.2- Estimativas Contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

4.3- Aplicações Financeiras

Estão demonstradas ao custo de aplicação acrescida dos rendimentos (líquidos de IRRF quando aplicável) auferidos até 31 de dezembro de 2019, seguindo a apropriação pró-rata das taxas contratadas.

As aplicações financeiras foram consideradas para fins de Demonstração de Fluxo de Caixa como Equivalentes a Caixa

4.4- Créditos de operações com planos de assistência à saúde

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos, pois não possuem caráter de financiamento em contrapartida à: (i) conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde para os Planos Médico-Hospitalares e (ii) conta de resultado "receitas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora" no que se refere aos serviços médicos e hospitalares prestados a particulares e as outras Operadoras de Planos Médico-Hospitalares. A Cooperativa constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com o item 10.2.3 do Capítulo I do ANEXO I da RN 290, atualizado pelas RN 390/2015, RN 418/2016 e RN 430/2017, da Agência Nacional de Saúde, considerando de difícil realização os créditos:

I - Nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada;

II - Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada;

III - Para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde da própria operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito foi provisionada;

4.5- Investimentos

Os investimentos em outras sociedades foram avaliados pelo custo de aquisição, e pelo método de equivalência patrimonial deduzida de provisão para perdas prováveis na realização de seu valor quando este for inferior ao valor de mercado.

4.6- Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado é constituído pelo custo de aquisição corrigido monetariamente até 31/12/1995. A lei 9.249/95 extinguiu a correção monetária do balanço a partir de 01/01/96. As depreciações foram calculadas pelo método linear a taxa que levam em conta a vida útil dos bens, as quais as taxas estão demonstradas em Nota Explicativa específica do Imobilizado.

4.7- Ativo Intangível

No ativo intangível estão classificados os gastos utilizados para implantação de sistemas corporativos e aplicativos, bem como licenças para usos dos mesmos, os quais são amortizados usando-se o método linear ao longo da vida útil dos itens que compõem pelas taxas descritas em nota específica e de acordo com as premissas previstas no CPC nº 04 (R1) e CFC NBC TG 04 (R1) – Resolução 1303/10.

Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela cooperativa e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

4.8- Avaliação do valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos internos e externos que possam indicar deterioração e/ou perda de seu valor recuperável, sendo constituída provisão para perda com o ajuste, quando necessário, do valor contábil líquido ao valor recuperável de acordo com as premissas CPC 01(R1) e CFC NBC TG 01 – Resolução 1292/10. A administração da UNIMED Oeste do Pará entende não ser necessária a constituição de provisão para perda do valor recuperável do ativo nos termos da Resolução CFC 1.292/10 para o exercício de 2019.

4.9- Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

As provisões técnicas foram calculadas de acordo com as determinações da Resolução Normativa RN nº 209/2009 e alterações, com exceção da provisão de eventos a liquidar que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebida pelas operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas conforme estabelecido pela RN ANS nº 209/09 e RN 290/2012 e suas alterações.

a) Provisões Técnicas:

- I - Provisão de Eventos a Liquidar, para as obrigações que envolvem os custos com assistência à saúde médica hospitalar dos usuários de planos de saúde da operadora;
- II - Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA, destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à Operadora. Constituída com base nos parâmetros previstos na Resolução Normativa – RN nº 209 de 22/12/2009 e alterações, expedida pela ANS.

4.10- Imposto de renda e contribuição social

São calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, levando-se a tributação os valores provenientes de atos não cooperativos, conforme mencionado em nota explicativa específica de Imposto de Renda e Contribuição Social.

4.11- Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4.12- Ativos e Passivos contingentes

Ativos contingentes: são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, distinguindo-se de passivos originados de obrigações legais, e é provável que uma saída de benefícios econômicos será requerida para liquidar uma obrigação. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Depósitos judiciais: os depósitos judiciais são mantidos no ativo sem a dedução das correspondentes provisões para contingências, em razão do plano contábil da ANS não contemplar essa reclassificação.

Obrigações legais: são registradas como exigíveis independentes da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade e a legalidade de tributos e obrigações definidas em contrato.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

4.13- Apuração de resultado e reconhecimento de receita

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos circulantes e não circulantes e os passivos circulantes e não circulantes. Do resultado são deduzidas/acrescidas as parcelas atribuíveis de imposto de renda e contribuição social.

As Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, quando se tratarem de contratos com preços pré-estabelecidos. Nos contratos com preços pós-estabelecidos e nas operações de prestação de serviços de assistência a saúde, a apropriação da receita é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado.

4.14- Reconhecimento dos eventos indenizáveis

Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada cooperados e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. Como parte dessas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, ou seja, há eventos realizados nestes prestadores e cooperados que não são cobrados/avisados na totalidade a Operadora ao final de cada mês, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de PEONA – Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados.

4.15- Informações por Segmento

Em função da concentração de suas atividades na atividade de planos de saúde, a cooperativa está organizada em uma única unidade de negócio, sendo que as operações não são controladas e gerenciadas pela administração como segmentos independentes, sendo os resultados da cooperativa acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.



4.16- Normas Internacionais de Contabilidade

A cooperativa vem adotando as Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com exceção da CPC 11 de seguros, CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola, o CPC 34 – Exploração e Avaliação de Recursos Minerais, CPC 35 – Demonstrações Separadas, CPC 44 – Demonstrações Combinadas, CPC 47 – Receitas, CPC 48 – Instrumentos Financeiros, CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e da ICPC-10 do Imobilizado do qual não foram aprovadas pela Agência Nacional de Saúde, portanto não adotadas pelas operadoras de planos de saúde.

As demais Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis são aplicáveis às demonstrações contábeis da cooperativa no que não contrariarem a Resolução Normativa nº 290/2012 e alterações, no qual em alguns casos não aplica integralmente as situações destacadas nestes pronunciamentos, adotando regras específicas a serem aplicadas ao setor de saúde.

5- DISPONÍVEL

- a) Caixa e Bancos

Compõe a conta de Caixa e Transações Bancárias.

6- APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A Unimed dividiu o valor de suas aplicações financeiras entre as principais instituições financeiras do mercado:

APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2019	2018
Sicred	3.410.878	3.253.341
Itau Aplicações	2.771.574	2.645.957
Total de aplicações vinculadas a Provisões Técnicas	6.182.452	5.899.298
Itaú- Aplicação	0	1.451.551
Aplicacao - Banco Sicred	9.290.651	7.023.791
Aplicacao Sicred - Automatica	1.095.017	253.830
Aplicacao Vinculada - SICOOB	4.021.705	1.353.564
Aplicacao Itau - Automatica	202.030	0
Aplicacao Automatica Itau - HUOP	4.005	0
Aplicacao Construção HUOP	5.365.800	0
Total de aplicações financeiras não vinculadas	19.979.208	10.082.736
Total de aplicações	26.161.660	15.982.034

(*) – Aplicações financeiras vinculadas a ativos garantidores, cuja movimentação segue regras definidas pela ANS;

7- CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM ASSISTÊNCIA A SAÚDE

A composição dos “Créditos de Operações de Assistência a Saúde” está representada pelas contas demonstradas a seguir:

Créditos Operacionais de Assistência á Saúde	2019	2018
Pessoa Física	1.412.133	1.263.449
(-) PPSC	- 542.486	- 327.063
Total Pessoa Física	869.647	936.386
Pessoa Jurídica	575.478	349.593
(-) PPSC	- 31.592	- 60.140
Total Pessoa Jurídica	543.887	289.453
Totais de Créditos de Operações com Planos	1.413.534	1.225.839

12

(a) O saldo da conta “Contraprestação pecuniária a receber” refere-se a valores a receber referente a créditos com planos de saúde da operadora;

A composição das contas “Contraprestações pecuniárias a receber”, “Operadoras de Planos de Saúde” e “Outros créditos operacionais” por idade de vencimento são:

Descrição	Planos Individuais a Preço Pré-estabelecido		Planos Coletivos a Preço Pré-estabelecido	
	2019	2018	2019	2018
A vencer:	956.858	856.255	412.585	349.593
Até 30 dias	455.275	407.195	162.893	
Vencidas:				
Até 30 dias				
De 31 a 60 dias				
De 61 a 90 dias				
Vencidos a mais de 90 dias				
TOTAL	1.412.133	1.263.449	575.478	349.593



8- CRÉDITOS OPERACIONAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

A composição dos "Créditos Operacionais de Prestação de Serviços de Assistência à Saúde" está representada pelas contas demonstradas a seguir:

Créditos Operacionais de Assistência à Saúde Não relacionados com planos de saúde da Operadora	2019	2018
Contas a Receber	-	-
Ctas a Rec Intercambio Eventual	70.985	-
(-) PPSC	-	-
Total de Créditos de Operações	70.985	-

13

9- BENS E TÍTULOS A RECEBER

BENS E TÍTULOS A RECEBER	2019	2018
Medicamentos – Hospitalares HUOP	285.469	251.452
Materiais Médicos Hospitalares HUOP	291.440	231.910
Totais dos Estoques	576.909	483.362

10- INVESTIMENTOS

a) Quadro analítico

A Cooperativa possui as seguintes participações societárias:

Participações Societárias Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial (a)	2019	2018
Unimed Participações		532.316
Unimed Seguradora		310.789
FAMA	532.316	-
(-) Provisão Para Desvalorização	- 3.973	
Total Investimentos	528.343	843.105

11- IMOBILIZADO

a) Quadro resumo:

Em 2019, a cooperativa efetuou a revisão anual da vida econômica dos bens com o objetivo de certificar que a depreciação registrada estar de acordo com a política de utilização de ativos adotada pela entidade conforme previsto no CPC 27 e CFC NBC TG 27 (R3) – Resolução 1.177/09.

b) Quadro resumo de movimentações:

IMOBILIZADO	2019	2018
IMÓVEIS	1.879.420	772.200
Imóveis de Uso Próprio – Hospitalares	929.739	974.130
Imóveis de Uso Próprio – Não Hospitalares	538.534	83.322
Outras Imobilizações – Imobilizações em Andamento	2.359.736	327.757
Outras Imobilizações	293.737	306.870
Total Custo do Imobilizado Líquido	6.001.167	2.464.280

14

c) Recuperabilidade dos ativos

Conforme CPC 01 (R1) e CFC NBC TG 01 (R3) Resolução nº 1.292/10, a cooperativa efetuou uma análise da possibilidade de desvalorização do ativo imobilizado com uma estimativa dos valores recuperáveis, levando-se em consideração a metodologia da determinação da vida útil dos bens e do Justo Valor.

Esta avaliação concluiu que não é necessária a constituição de provisão de perda para desvalorização dos ativos.

12- PROVISÕES TÉCNICAS

EVENTOS A LIQUIDAR	2019	2018
Provisão de Contraprestação Não Ganha – PCNG (i)	1.261.571	1.204.063
Provisão de Remissão (ii)	10.258	7.532
Provisão de eventos a liquidar para o SUS (iii)	1.779.003	1.558.478
Provisão de eventos a liquidar para o Outros Prestadores (iv)	2.234.130	1.851.776
Provisão para eventos ocorridos e não avisados - PEONA (v)	4.248.719	2.798.481
TOTAL	9.533.681	7.420.330

i) **Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha**

Caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela operadora para cobertura de risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, devendo ser baixada a crédito de Receita de Prêmios ou Contraprestação, no último dia do mês de competência, pelo risco já decorrido no mês.

ii) **Provisão de Remissão**

Obedecendo a critérios e cálculo definido em nota atuarial aprovada pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar foi constituído provisão de remissão para garantir cobertura de riscos contratuais em favor de beneficiários, após o falecimento do titular de planos de assistência à saúde, totalizando o montante, sendo a mesma classificada no Passivo Não Circulante.

A provisão constituída esta lastreada por ativos garantidores relativos a aplicações financeiras vinculadas.

iii) Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS

Refere-se ao valor cobrado pela ANS referente ao ressarcimento ao SUS, sendo o valor contabilizado pelo valor cobrado no momento do recebimento da conta médica e ajustado mensalmente pelo valor informado no site da ANS.

iv) Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores

Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos. RN ANS nº 209/09 e RN 393/2015 que determinou a constituição desta provisão a partir de 1º de janeiro de 2010, cujo registro contábil é realizado no momento da apresentação da cobrança às operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas.

Conforme publicação da RN 227/10 e alterações vigentes, que determinou que a provisão para eventos a liquidar deve ser lastreada por ativos garantidores que atendam os critérios da RN 392/2015 e alterações vigentes.

A provisão constituída esta lastreada por ativos garantidores relativos ao disponível e as aplicações financeiras vinculadas e não vinculadas.

Quadro demonstrativo de valores:

Provisão de Eventos a liquidar	2019	2018
Prestadores - Médicos	894.189	759.718
Prestadores – Hospitais	386.310	419.952
Prestadores – Clínicas	1.121.178	1.562.649
Prestadores – Laboratórios	198.827	266.646
Prestadores – Médicos Credenciados	347.907	293.000
TOTAL	2.948.410	3.301.965

v) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)

Regulamentado pelo art. 16 da RN 209 da ANS e RN 393/2015, representa os eventos ocorridos, porém não avisados a operadora, cujo valor deve ser baseado em (i) cálculo atuarial de acordo com nota técnica aprovada pela ANS, ou (ii) na ausência de nota técnica aprovada pela ANS utilizar 9,5% (8,5% para as Operadoras de Médio e Pequeno porte) das contraprestações liquidadas dos últimos doze meses ou 12% (10% para as Operadoras de Médio e Pequeno porte) dos eventos indenizáveis conhecidos, dos dois o maior.

A Entidade em 31 de dezembro de 2019 apresenta o registro contábil desta provisão em R\$ 14.741.114 (quatorze milhões setecentos e quarenta e um mil cento e quatorze reais), ou seja, 100% da Provisão exigida.

A provisão constituída esta lastreada por ativos garantidores relativos a aplicações financeiras vinculadas.

Adicionalmente as operadoras de planos de saúde do grupo estão sujeitas às seguintes exigências estabelecidas pela RN ANS nº 159/07, RN 209/2009, RN 227/2010, RN 246/2011, RN 313/2012, RN 392/2015, RN 393/2015:



a) Patrimônio Mínimo Ajustado

O Capital social da Cooperativa em 31/12/2019 representa o montante de R\$ 2.309.865,97, enquanto que o Patrimônio Líquido Ajustado calculado conforme RN 209/2009 representa menos de 380 mil reais.

b) Margem de solvência

Regulamentada pelo art. 6 da RN 209 da ANS corresponde à suficiência do Patrimônio Líquido ou Patrimônio Social ajustado por efeitos econômicos, sendo regulamentado pelo patrimônio líquido superior a 20% das contraprestações líquidas dos últimos doze meses, ou 33% da média anual dos eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses dos dois o maior. Os prazos permitidos para adequação da Margem de Solvência foram redefinidos em 22 de dezembro de 2.012 pela RN nº 313 resumindo-se da seguinte forma os limites mínimos de percentuais e os respectivos prazos:

- Em 31 de dezembro de 2.012 - 35%;
- Entre janeiro de 2.013 a novembro de 2.013, 35% adicionado à proporção cumulativo mensal de 0,25%;
- Em 31 de dezembro de 2.014 - 41%;
- Entre janeiro de 2.015 a novembro de 2.022, 41% adicionados à proporção cumulativa mensal de 0,615%;
- E em dezembro de 2.022 - 100% da Margem de Solvência.

A entidade em 31 de dezembro de 2019 possui um Patrimônio Líquido com os ajustes econômicos permitidos.

16

13- TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**a) Quadro resumo**

IMPOSTOS	2019	2018
INSS	154.969	8.426
FGTS	105.739	45.604
IRRF	198.021	200.424
ISSQN	6.835	31.514
CSLL/Pis/Cofins	139.381	44.402
TOTAL	604.945	330.369

14- DÉBITOS DIVERSOS

Os débitos de Operações de Assistência à Saúde são relativos aos valores das transações de operações de assistência médico-hospitalar realizadas entre as operadoras de saúde, com a seguinte composição:

DÉBITOS DIVERSOS	2019	2018
Obrigações com Pessoal	2.823.151	1.576.448
Fornecedores	1.307.022	949.759
Outros Débitos a Pagar	29.072	29.574
TOTAL	4.159.244	2.555.781

15- CAPITAL SOCIAL, RESERVAS E AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL**15.1) CAPITAL SOCIAL**

O Capital Social está dividido entre 109 cooperados, sendo que o valor da quota parte é de R\$ 20.000,00.

15.2) RESERVAS

As reservas regulamentadas por lei e estatuto da cooperativa podem assim ser identificadas:

a) RATES (FATES) – Reserva (Fundo) de Assistência Técnica Educacional e Social

Tem a finalidade de prestar amparo aos cooperados e seus familiares bem como aos empregados da Sociedade, além de programar atividades de incremento técnico e educacional dos sócios cooperados. É constituído por, no mínimo 5% (cinco por cento) das sobras apuradas no Balanço anual e pelo resultado de operações com não associados.

b) FUNDO DE RESERVA

Tem a finalidade de reparar eventuais perdas da cooperativa. É constituído por, no mínimo 10% (dez por cento) das sobras apuradas no Balanço anual.

16- DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2019	2018
Despesas com pessoal próprio (i)	6.030.481	5.572.472
Despesas com serviços de terceiros (ii)	466.779	84.197
Despesas com localização e funcionamento (iii)	2.955.386	2.954.033
Despesas com publicidade e propaganda	338.385	372.239
Despesas com tributos	28.857	22.474
Despesas administrativas diversas	506.380	1.426.930
TOTAL	10.326.267	10.432.345

(i) Honorários dos conselhos administração, diretoria executiva, conselho fiscal, salários e benefícios para colaboradores e encargos sociais sobre folhas de pagamentos;

(ii) Serviços de terceiros relativos a trabalhos advocatícios, auditorias, consultoria, entre outros;

(iii) Utilização e manutenção das instalações da UNIMED, tais como: energia, água, segurança, alugueis, limpeza, manutenção, telefone e demais despesas de expediente;



17- RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	2019	2018
Receitas com aplicações financeiras	1.232.138	548.755
Receitas por recebimento em atrasos	611.176	413.749
Receitas Financeiras Diversas	157.386	137.303
TOTAL RECEITAS FINANCEIRAS	2.000.700	1.099.808
Descontos concedidos	506.367	62.729
Despesa com empréstimos e financiamentos	266	590
Despesas Financeiras de Encargos sobre Tributos	505.149	266.302
Despesas por pagamento em atraso	220.499	150.512
Despesas financeiras diversas	846.369	-
TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS	2.078.649	480.133
TOTAL LIQUIDO	- 77.949	619.675

18

18- INSTRUMENTOS FINANCEIROS**a) Avaliação de Instrumentos Financeiros**

A administração procedeu à análise dos instrumentos financeiros que compõem o ativo e o passivo e concluiu que o valor justo das Disponibilidades, Créditos Operações com Planos de Assistência à Saúde e Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora e os Passivos Circulantes, principalmente Provisão de Eventos a Liquidar, Débitos de Operações de Assistência à Saúde aproximam-se do saldo contábil, cujos critérios de contabilização e valores estão demonstrados nas demonstrações contábeis, em razão de o vencimento de parte significativa desses saldos ocorrer em data próxima à do balanço.

Em 31 de dezembro de 2019, a Unimed não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

b) Fatores de risco

A Cooperativa apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

b1) Risco de crédito;

Advém da possibilidade de a Cooperativa não receber os valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos em instituições financeiras geradas por operações de investimento financeiro.

Para atenuar esse risco, a Cooperativa adota como prática de acompanhamento permanente do saldo devedor de suas contrapartes e análise periódica dos índices de inadimplência. Com relação às aplicações financeiras, a Cooperativa dá preferência a realizar aplicações em instituições renomadas e com baixo risco de crédito.

b2) Risco de liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Para atenuar esse risco, a Cooperativa adota como prática de acompanhamento permanente o fluxo de caixa avaliando a adequação de prazos de recebimentos e pagamentos de operações relativas a plano de saúde, que normalmente são caracterizadas por prazos de recebimentos e pagamentos consideravelmente pequenos.

b3) Risco de taxa de juros;

O risco de taxa de juros advém da possibilidade de a Cooperativa estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos os seus ativos captados (aplicados) no mercado.

Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a cooperativa adota a política de aplicações conservadoras em títulos de renda fixa (CDB, Fundos de investimento e RDC), aplicados em instituições financeiras.

b4) Risco operacional;

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Cooperativa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Cooperativa.

O objetivo da Cooperativa é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração.

A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Cooperativa para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento de exigências regulatórias e legais;
- documentação de controle e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação e controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar perdas e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingências;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais.

b5) Risco da gestão da carteira de investimentos.

A Cooperativa limita sua exposição a riscos de gestão da carteira de investimento ao investir apenas em títulos públicos e títulos de renda fixa privados em diversas instituições financeiras como forma de diluir os riscos. A Administração monitora ativamente as aplicações e os rendimentos e não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

19- COBERTURA DE SEGUROS

A Entidade adota uma política de seguros que consideram, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2019, é assim demonstrada:

COBERTURA DE SEGUROS		2019	2018
Complexo administrativo - sede	Incendio/ Raio/ Explosão	2.318	2.329
Complexo hospitalar	Incendio/ Raio/ Explosão	6.690	6.709
TOTAL		9.009	9.038

20

20- EVENTOS MÉDICOS-HOSPITALARES – INFORMAÇÃO REGULAMENTADA PELA ANS

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de EVENTOS MÉDICO HOSPITALARES ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR do Documento de Informações Periódicas – DIOPS do 4º trimestre de 2019 está em conformidade com Ofício Circular DIOPE nº 01, de 01/11/2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei nº 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

(Preenchimento com valores líquidos de Glosas, Recuperação por Coparticipação e Outras Recuperações)

	Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido - Carteira de Planos Individuais/ Familiares pós Lei						
	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Out. Atendimentos	Demais Despesas	TOTAL
Rede Própria	3.696.365	3.125.147	1.002.477	2.898.696	2.696.325	1.898.747	15.317.757
Rede Contratada	2.124.858	2.852.647	1.456.924	1.854.214	1.265.471	1.585.464	11.139.578
Reembolso	212.525	325.656	141.454	90.528	350.151	0	1.120.314
Intercâmbio Eventual	1.565.989	1.365.747	1.236.569	1.745.858	985.636	1.001.252	7.901.051
TOTAL	7.599.737	7.669.197	3.837.424	6.589.296	5.297.583	4.485.463	35.478.700

	Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido - Carteira de Planos Coletivos/ Familiares pós Lei						
	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Out. Atendimentos	Demais Despesas	TOTAL
Rede Própria	1.854.696	1.745.968	658.265	1.856.969	1.565.263	1.569.369	9.250.530
Rede Contratada	852.696	741.252	636.325	841.748	569.369	321.587	3.962.977
Reembolso	90.565	85.417	20.656	75.369	0	0	272.007
Intercâmbio Eventual	569.585	625.936	214.748	236.959	72.415		1.719.643
TOTAL	3.367.542	3.198.573	1.529.994	3.011.045	2.207.047	1.890.956	15.205.157

21- ADOÇÃO DA RN 430/17

A Unimed Oeste do Pará, conforme requerido pela RN 430, de 7 de dezembro de 2017, adotou a nova forma de contabilização das operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de plano de assistência à saúde. Os valores referentes ao exercício de 2019 foram integralmente registrados no mês de dezembro/2019 e foram contabilizados conforme relatórios extraídos das movimentações dos arquivos entre as Unimeds (arquivo PTU), relativos às transações de intercâmbio. Estes relatórios possibilitaram a identificação da ocorrência de operações típicas de compartilhamento de risco na forma de intercâmbio habitual em pós-pagamento entre as Unimeds Origem e Executora, conforme regras previstas no Manual de Intercâmbio Nacional, aprovadas pelo Fórum Unimed. As contabilizações ocorreram como a seguir:

21

Unimed Oeste do Pará como Prestadora

Conforme requerido pela RN 430, quando ocorre o atendimento pela **Unimed Oeste do Pará**, de beneficiários de outra Operadora, os custos realizados pelo recurso próprio ou pela rede credenciada são registrados como "Eventos Indenizáveis" – Grupo 4111 do Plano de Contas da ANS. Também, conforme RN 430, as faturas emitidas são contabilizadas como "Contraprestações Emitidas de Assistência à Saúde" – Conta Contábil 311112 do Plano de Contas da ANS.

Unimed Oeste do Para como Origem

Os custos dos procedimentos realizados por beneficiários da **Unimed Oeste do Pará** em outras Operadoras, de forma habitual, conforme requerido pela RN 430, passaram a ser contabilizados, na conta redutora da receita "Contraprestações Emitidas de Assistência à Saúde" Conta Contábil 3117 do Plano de Contas da ANS.

Os saldos contábeis referentes a 31.12.2019 estão sendo apresentados sem os efeitos da RN 430/2017.

Detalhamento:**Adoção da RN 430/2017 – Prestadora**

Os registros contábeis do compartilhamento de risco assumido de acordo com a definição da RN nº 430 de 7 de dezembro de 2017, no ano de 2019, foram efetivados no mês de dezembro de 2019. Este reconhecimento da corresponsabilidade, na sua totalidade, no regime de preço pós-estabelecido, portanto com registro a partir das contas 411112 e 311112 conforme normativa vigente.

Adoção da RN 430/2017 – Origem

O registro contábil efetivado de acordo com o que estabelece os artigos nºs 16, 17 e 18, mesmo que intempestivos ocorreram no exercício de 2019, para atender o disposto a RN nº 430 que dispõe sobre as operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de plano de assistência à saúde. Os registros contábeis do compartilhamento da gestão de riscos cedido (transferido) de acordo com a definição da RN nº 430 de 7 de dezembro de 2017, no ano de 2019, foram efetivados no mês de dezembro de 2019. Estes reconhecimentos da corresponsabilidade transferida foram aplicados aos contratos de preço preestabelecido e nos contratos de preço pós-estabelecido, executado em regime de preço pós-estabelecido, portanto com registro nas contas do grupo 3117. Para conciliação dos livros auxiliares deverá ser levado em consideração o controle complementar da movimentação do compartilhamento de risco que se encontra, na sua totalidade nos livros auxiliares, dentro do movimento de intercâmbio eventual.

Quadro Movimentação da RN 430/2017

Os registros contábeis do compartilhamento de risco onde a prestação do atendimento assistencial entre operadoras ocorreu na modalidade de Pós Pagamento de acordo com a definição no item 6.2.2 ao anexo da RN nº 430 de 7 de dezembro de 2017, no ano de 2019, foram dentro do referido exercício contábil. Este reconhecimento da corresponsabilidade, na sua totalidade mesmo que intempestivos ocorreram no exercício de 2019 para atender o normativo vigente, conforme quadros para demonstrativos da escrituração contábil dos lançamentos:

UNIMED OESTE DO PARÁ	Total Despesa origem	Total Despesa prestadora	Total habitual origem	Total habitual prestadora
		19.625.205,37	26.993.478,63	17.485.310,96

22

CONTRAPRESTAÇÕES DE CORRESPONSABILIDADE CEDIDA DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR (grupo 31171)	Corresponsabilidade Cedida em Preço Prestabelecido		Corresponsabilidade Cedida em Preço Pós-Estabelecido	
	2019	2018	2019	2018
	1 - Cobertura Assistencial com Preço Prestabelecido			
Planos Individuais/Familiares antes da Lei	4.919.380	6.819.035		
Planos Individuais/Familiares pós Lei	3.555.510	5.696.325		
2 - Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido				
Planos Coletivos Empresariais antes da Lei				
Planos Coletivos Empresariais depois da Lei				
TOTAL	8.474.890	12.515.360		

EVENTOS/ SINISTROS CONHECIDOS OU AVISADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE MEDICO HOSPITALAR (grupo 411X1)	Carteira Própria (beneficiários da operadora)		Corresponsabilidade Assumida (beneficiários de outras operadoras)	
	2019	2018	2019	2018
	1 - Cobertura Assistencial com Preço Prestabelecido			
Planos Individuais/Familiares antes da Lei	17.485.311	12.515.360		
2 - Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido				
Planos Coletivos Empresariais antes da Lei				
TOTAL	17.485.311	12.515.360		

22- APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria Executiva da Cooperativa em 01 de Março de 2020.


Alberto Mariano Gusmão Tolentino
CPF – 175.640.772/04
Presidente


Fábio Adriano dos Anjos Silva
CRC/PA Nº - 017093/O-4
Contador

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Sr. Presidente, Membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Cooperados da Unimed Oeste do Pará Cooperativa de Trabalho Médico.

23

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **Unimed Oeste do Pará Cooperativa de Trabalho Médico** que compreendem o balanço patrimonial em **31 de dezembro de 2019** e as respectivas demonstrações individuais do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Unimed Oeste do Pará Cooperativa de Trabalho Médico** em **31 de dezembro de 2019**, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais”. Somos independentes em relação à Singular de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório do auditor

A Administração da Singular é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros Assuntos

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentado para fins de comparação, foram anteriormente auditados por nós e o nosso relatório datado de 19 de Março de 2019 não contém ressalvas.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Singular continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Singular ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma

alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Singular são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Singular. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Singular. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições

futuras podem levar a Singular a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

De São Paulo (SP) para Santarém (PA), 11 de Março de 2020.



Aud7 Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP024490/O-2 "S" "PA"



Alex Ribeiro Telo

Contador

CRC1SP 173.375/O-3 "S" "PA"